

Desigualdades de Cor ou Raça no Acesso ao Mercado de Trabalho Brasileiro: evidências empíricas recentes*

Marcelo Paixão¹

Palavras-Chave:

Resumo

A apresentação versará sobre a evolução de determinados indicadores selecionados e decomposto pelos grupos de cor ou raça e sexo no mercado de trabalho brasileiro entre os anos de 1995 e 2006. Serão analisados de forma sumarizada os indicadores referentes ao tamanho da População Economicamente Ativa (PEA), da taxa de participação no mercado de trabalho, taxa de atividade, distribuição daqueles contingentes por posição na ocupação, nível de rendimento e evolução da taxa de desocupação. A base de dados a ser mobilizada será a PNAD / IBGE dos respectivos anos dentro daquele período. Em diversos indicadores do mercado de trabalho ocorreram reduções nas assimetrias de cor ou raça entre brancos e negros no Brasil. Em outros, as assimetrias se aprofundaram. Assim, o estudo se debruçará sobre o significado destes movimentos, o novo quadro assumido pelas assimetrias raciais no mercado de trabalho brasileiro (baseado nos indicadores da PNAD 2006), bem como apontará algumas reflexões sobre seus determinantes, em especial o papel das políticas públicas no que tange ao desenvolvimento econômico e ao salário mínimo.

* Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008.

¹ Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatística das Relações Raciais (LAESER – www.laeser.ie.ufrj.br). Contatos: mpaixao@ie.ufrj.br

Desigualdades de Cor ou Raça no Acesso ao Mercado de Trabalho Brasileiro: evidências empíricas recentes*

Marcelo Paixão²

1. Introdução

O presente artigo tece um panorama da evolução, entre os anos de 1995 e 2006, dos indicadores do mercado de trabalho brasileiro desagregado pelos grupos de cor ou raça (brancos, de um lado e, pretos & pardos, de outro) e de sexo. A fonte dos indicadores foram os microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), realizada anualmente (exceto anos censitários) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O artigo objetiva analisar o estágio assumido pelas assimetrias daquelas duas naturezas no interior no mercado daquele fator percorrendo os seguintes temas nas cinco subseções subseqüentes, além desta breve introdução e uma conclusão ao seu final: i) evolução da participação no mercado de trabalho em número absoluto de trabalhadores; ii) taxa de participação no mercado de trabalho; iii) evolução da ocupação no mercado de trabalho, englobando um conjunto de indicadores derivados como grau de instrução, distribuição por posição na ocupação e taxa de sindicalização; iv) desemprego aberto; v) níveis médios de rendimento e sua correspondente decomposição em termos de decis de rendimentos.

Na conclusão do trabalho poderemos ver que por um lado, em uma série de indicadores do mercado de trabalho brasileiro, em um período recente, ocorreram reduções das assimetrias de cor ou raça e de sexo, especialmente no que diz respeito ao nível de instrução da PEA ocupada e os níveis de rendimentos do trabalho principal obtidos. Todavia, tal fenômeno não se deu em outros indicadores como a distribuição por posição e ramo de atividade e a evolução do desemprego, nos quais as tradicionais assimetrias ou mantiveram-se constantes ou se ampliaram. Nesse caso merece especial destaque o ocorrido entre as mulheres negras (pretas & pardas), às quais ao longo do último período tiveram confirmadas suas formas especialmente precárias de vínculo ao mercado de trabalho brasileiro.

2. Evolução da Participação no Mercado de Trabalho

Ao longo do período 1995-2006, a PEA brasileira, descontando a população residente nas áreas rurais da região Norte, apresentou um saldo líquido de ingresso de 20,6 milhões de pessoas. Todavia, quando se considera, no mesmo período, os grupos de cor ou raça vê-se que entre os brancos este saldo líquido foi de 7,7 milhões de pessoas, ao passo que, entre os pretos & pardos, este mesmo saldo líquido foi de 12,6 milhões de pessoas. Portanto, ao longo do período em apreço, a presença das pessoas de cor ou raça preta & parda no mercado de trabalho apresentou maior dinamismo vis-à-vis ao ocorrido entre os de cor ou raça branca.

Observando aquela evolução em números absolutos, desagregada pelos grupos de sexo, vê-se que as maiores responsáveis por aquele saldo foram as mulheres que contribuíram, no

* Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008.

² Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatística das Relações Raciais (LAESER – www.laeser.ie.ufrj.br). Contatos: mpaixao@ie.ufrj.br

período, por 56,4% do crescimento da PEA ocupada. As mulheres pretas & pardas, sozinhas, levaram para o mercado de trabalho de todo país um saldo líquido de cerca de 6,4 milhões de pessoas. Os homens pretos & pardos responderam pelo incremento líquido de 6,3 milhões de pessoas. Entre os homens e mulheres brancos, respectivamente, no mesmo lapso 1995-2006, o incremento líquido de ingresso no mercado de trabalho foi de, respectivamente, 2,6 e 5,1 milhões de pessoas.

Vale também o comentário de que ao longo do período descrito, a PEA preta & parda do sexo masculino, em números absolutos de trabalhadores, superou seus companheiros da PEA branca. Assim, em 2006, o número total de ocupados e desocupados pretos & pardos totalizava 25,7 milhões de pessoas, ao passo que a PEA branca total se igualava a 25,6 milhões de pessoas. No caso das mulheres, a PEA feminina branca superava a PEA feminina preta & parda em 2,59 milhões de trabalhadoras.

3. Taxa de Participação no Mercado de Trabalho

Ao longo do período 1995-2006, as taxas de participação no mercado de trabalho das mulheres brancas e mulheres pretas & pardas cresceram, respectivamente, 7,0 e 4,4 pontos percentuais. Já entre os homens brancos e homens pretos & pardos, no mesmo período, os idênticos indicadores declinaram invariavelmente de forma negativa, respectivamente: 1,4 e 2,2 pontos percentuais.

Esses dados implicam, por um lado, que durante o período em análise o dinamismo da evolução do mercado de trabalho brasileiro dependeu em muito da presença das mulheres e dos novos papéis que as mesmas vêm procurando assumir no interior da sociedade brasileira. Por outro lado, o paradoxo da maior presença dos pretos & pardos no mercado de trabalho ter se feito acompanhar da redução da taxa de participação no mercado de trabalho por parte deste contingente deve ser lido à luz do que foi debatido no capítulo 2 sobre a evolução demográfica dos respectivos grupos. Ou seja, o crescimento da PEA preta & parda se deu de modo menos que proporcional ao crescimento da PEA deste grupo de cor ou raça.

4. PEA Ocupada no Mercado de Trabalho

Na presente subseção serão vistos os indicadores da PEA ocupada no mercado de trabalho brasileiro segundo os grupos de sexo e raça cor branca e preta & parda. A análise percorrerá os seguintes indicadores: evolução do tamanho da PEA ocupada e taxa de atividade; nível de instrução da PEA ocupada; tempo de permanência na ocupação; posição na ocupação; trabalho sem proteção legal e; taxas de sindicalização.

4.1. Evolução da PEA Ocupada no Mercado de Trabalho

Ao longo do período 1995-2006 a PEA ocupada em todo país, excetuando-se os residentes nas áreas rurais da região Norte, obteve saldo líquido de 20,6 milhões de pessoas. Quando desagregado pelos grupos de sexo e cor ou raça vê-se que as maiores evoluções proporcionais se deram entre as mulheres: 27,1%, entre as brancas e; 42,7%, entre as pretas & pardas. Já na PEA masculina, a evolução relativa do número de ocupados foi de 10,2%, entre os homens brancos, e de 30,0% entre os homens pretos & pardos. Em seu conjunto, o número de ocupados cresceu proporcionalmente no período descrito em 17,1%, entre os brancos e, 34,9%, entre os pretos & pardos.

Apesar da forte evolução do número de ocupados, em termos da elevação da taxa de atividade o crescimento foi modesto entre a população branca e se reduziu entre a população preta & parda. Assim, no período 1995-2006, a taxa de atividade da população branca passou de 60,3% para 61,3%, ao passo que a taxa de atividade do contingente preto & pardo declinou de 59,5%, para 56,7%. No caso da população do sexo masculino, no período descrito a taxa de atividade recuou 2,6 pontos percentuais, entre os brancos e recuou outros 5,9 pontos percentuais entre os pretos & pardos. No caso do contingente feminino, pelo contrário ocorreram elevações nas taxas de atividade: entre as brancas, 4,4 pontos percentuais e, entre as pretas & pardas, ligeiro 0,1 ponto percentual.

4.2. Instrução da PEA Ocupada

Nesta subseção é vista a evolução da distribuição da PEA ocupada de dez anos ou mais de idade de acordo com a condição de escolaridade, ao longo do período 1995-2006. Através da fonte, e coerentemente ao analisado no capítulo 4, pode-se ver que ocorreu uma progressiva melhoria da qualidade da distribuição do perfil ocupacional, em termos do nível de escolaridade, da população brasileira. Essa melhoria foi também observada para todos os grupos de sexo e cor ou raça do país. De qualquer maneira, vale frisar que mesmo esse movimento recente não implicou em uma grande aproximação dos respectivos perfis da distribuição relativa da PEA ocupada segundo condições de instrução.

No seio da população branca ocupada acima de dez anos de idade no mercado de trabalho, o peso relativo dos que apresentavam no máximo o primeiro ciclo do ensino fundamental incompleto declinou de 22,4% para 11,8%. Já entre os ocupados no mercado de trabalho de cor ou raça pretos & pardos, o peso relativo dos que possuíam até três anos de estudo, no interior da distribuição do grupo, passou de 45,6% para 25,6%. Ou seja, apesar da proporção relativa dos que apresentavam até três anos de estudo ter declinado para ambos os contingentes no período, no interior das respectivas distribuições da PEA ocupada, ainda assim verificou-se que o peso deste contingente de menor nível de instrução formal declinou mais fortemente no interior dos ocupados no mercado de trabalho brancos (balizado na evolução do indicador em pontos percentuais, 47,3%), do que no interior dos ocupados no mercado de trabalho pretos & pardos (balizado na evolução do indicador em pontos percentuais, 43,8%).

Na outra ponta, isto é, entre os ocupados no mercado de trabalho que apresentavam pelo menos o ensino médio completo, no seio do contingente branco, a proporção passou de 27,6% para 48,2% do total de ocupados, ao passo que entre os pretos & pardos o peso relativo dos ocupados que possuíam ao menos o ensino médio passou de 12,0% para 28,1%. Neste caso, o ritmo de evolução do indicador caminhou mais aceleradamente para os pretos & pardos do que para os brancos. Porém, vale salientar, se é verdade que as distâncias relativas entre os grupos se encolheram, ainda assim, a proporção de ocupados no mercado de trabalho que eram pretos & pardos, e que apresentavam ao menos o ensino médio completo, em 2006, equivalia ao cenário ocorrido entre os seus colegas brancos onze anos antes, em 1995. Do mesmo modo, malgrado o fato de ter praticamente dobrado o percentual de ocupados pretos & pardos com diploma de nível superior dentro da distribuição relativa do grupo - de 1,9%, em 1995, para 3,7%, em 2006 -; ainda assim, o peso dos diplomados com aquele nível de instrução, comparativamente à distribuição dos ocupados brancos por nível de instrução (13,5%), em 2006, correspondia a menos de 1/3.

No mesmo período 1995-2006, no interior da PEA ocupada no mercado de trabalho do sexo masculino, o peso dos ocupados que apresentavam no máximo o ensino fundamental incompleto passou de 23,6% para 10,1%, entre os brancos e; de 48,2% para 28,1% entre os pretos & pardos. No outro extremo, o peso relativo dos que apresentavam ao menos o ensino médio completo no seio do contingente do sexo masculino ocupado, passou, entre os brancos, de 24,2% para 43,7%, ao passo que, entre os homens pretos & pardos esse percentual, evoluiu de 9,5% para 23,9%. Analisando especificamente os trabalhadores do sexo masculino com nível superior completo, em 2006, esses correspondiam a 11,3% do total de ocupados brancos e, apenas, 2,7% dos trabalhadores pretos & pardos.

No interior do contingente feminino ocupado, ao longo do lapso 1995-2006, o peso relativo das que apresentavam no máximo o ensino fundamental incompleto passou de 20,7% para 10,2%, entre as brancas, e, de 41,4%, para 22%, entre as pretas & pardas. Na outra ponta, entre as ocupadas que apresentavam ao menos o ensino médio completo, o percentual de ocupadas no mercado de trabalho brancas ampliou-se de 32,3% para 53,7%. No interior do contingente preto & pardo feminino ocupado no mercado de trabalho, aquele mesmo indicador passou de 16% para 34,2%. Assim, tal como também ocorrera entre os homens, o peso das trabalhadoras ocupadas pretas & pardas com maior nível de instrução, no interior da distribuição do próprio grupo, em 2006, era próximo ao peso relativo das mais instruídas, no interior da distribuição das trabalhadoras brancas ocupadas onze anos antes, em 1995. As trabalhadoras do sexo feminino que, em 2006, possuíam especificamente diploma de nível superior correspondiam a 16,2% do total de ocupadas brancas e, somente, 5,2% do total de ocupadas pretas & pardas.

4.3. Posição na Ocupação

Nesta seção serão debatidos os indicadores da PEA ocupada segundo os grupos de sexo e cor ou raça branca e preta & parda, desagregada por posição na ocupação nos anos de 1995 e 2006.

No seio da PEA branca ocupada, em 2006, a maioria estava vinculada ao mercado de trabalho dentro da condição assalariada, sendo 36,8% do total com carteira; 7,7% como funcionários do Estado e 15,5% como assalariados sem carteira. No período 1995-2006, neste contingente, o peso relativo dos assalariados com carteira assinada cresceu 3,6 pontos percentuais, os assalariados sem carteira 1,7 ponto percentual, ao passo que a condição de funcionário público ou militar permaneceu estável. A segunda forma mais relevante em termos relativos de ocupação para a PEA ocupada branca era a de trabalhadores por conta-própria. Nesse caso, em 2006, esta condição representava a situação de 19,8% do total de ocupados deste grupo de cor ou raça. A importância proporcional desta modalidade de ocupação observou um declínio no interior deste grupo entre 1995-2006, de 21,4%, para 19,8%. O emprego doméstico respondia relativamente por 6,1% do total de ocupados brancos no mercado de trabalho em 2006, tendo essa proporção se mantido estável desde 1995. No ano de 2006, as modalidades ocupacionais do emprego não remunerado e do trabalho em atividades para o próprio consumo representavam relativamente, 2,6% e 5,3% do total de ocupados, sendo que comparativamente ao cenário vigente no ano de 1995, ambas as formas de ocupação perderam importância em termos proporcionais. Já a condição de empregador representava a situação de 5,6% dos ocupados brancos em 2006 (em 1995, tal modalidade correspondia a 4,5%).

Quando se analisa o perfil da população masculina branca ocupada no ano de 2006, percebe-se que o emprego privado com carteira assinada em conjunto com o funcionalismo público &

militares, 57,0%; o emprego por conta-própria, 23,4%; o emprego privado sem carteira, 17,2%; a condição de empregador 6,9% e; as ocupações não remuneradas 3,6% eram as principais modalidades de posições ocupacionais. Já quando se analisa a PEA branca ocupada do sexo feminino, percebe-se que as principais modalidades de posição na ocupação no ano de 2006 eram: emprego assalariado com carteira e funcionalismo público & militares, 46,5%; emprego sem carteira assinada, 13,5%; emprego por conta-própria 13,3%; emprego doméstico, 12,9% e; ocupação não remunerada, 7,4%.

Vamos ver agora a evolução da distribuição da PEA preta & parda por posição na ocupação entre as duas pontas, nos anos de 1995 e de 2006. Em 2006, a principal forma de posição na ocupação para este contingente vinha a ser a condição assalariada com carteira assinada, respondendo relativamente por 28,5% do total de ocupados. Vale frisar que essa modalidade observou um aumento relativo de 4,6 pontos percentuais desde 1995. Em termos proporcionais, as segundas e terceiras formas mais importantes de posição na ocupação por parte da PEA ocupada preta & parda no ano de 2006 foram, respectivamente o trabalho por conta-própria 21,2% e; o emprego assalariado sem carteira assinada, 20,7%. Nesse caso, desde 1995, a importância relativa de ambas as modalidades obedeceu um movimento discrepante, tendo a condição assalariada sem carteira crescido ligeiramente em 0,7 ponto percentual e a condição autônoma declinado 1,6 ponto percentual. A condição de funcionário público & militar correspondia, em 2006, à posição na ocupação de 5,8% da PEA preta & parda ocupada, tendo ficado estável proporcionalmente desde 1995. O emprego doméstico, em 2006, respondia relativamente por 9,5% do total de pretos & pardos ocupados, tendo esse valor relativo se mantido estável desde 1995. O trabalho para o auto-consumo e a ocupação não remunerada, dentro do período em apreço tiveram suas respectivas importâncias reduzida proporcionalmente entre os pretos & pardos ocupados. No primeiro caso de 5,1% para 4,8% e; no segundo de 11,4%, para 7,0%. Já a condição de empregador, correspondia a um tipo de posição um tanto exíguo no seio da PEA preta & parda, 1,5% do total, em 1995; 2%; em 2006.

Quando desagregada pelos grupos de sexo, a distribuição da PEA ocupada preta & parda segundo posição na ocupação evidencia importantes assimetrias de gênero. Entre a população do sexo masculino desse grupo de cor ou raça as formas mais importantes de posições ocupacionais eram: empregados com carteira assinada em conjunto com funcionários públicos & militares, 37,6%; trabalhadores por conta-própria, 24,7%; empregado sem carteira, 25,2% e; ocupação não remunerada, 5,7%. Neste contingente, o emprego doméstico respondia por 1,1% da PEA ocupada e a condição de empregador por 2,5%. Já na PEA preta & parda do sexo feminino, em 2006, o peso relativo das formas de posição na ocupação eram: assalariadas com carteira em conjunto com funcionárias públicas & militares, 29,5%; emprego doméstico, 21,8%; trabalhadoras por conta-própria, 16,3%; ocupação não remunerada, 8,7%; atividades para o próprio consumo, 10,1%. A condição de empregadora correspondia a situação de 1,4% da PEA preta & parda, no somatório: 1,1% com até cinco empregados e 0,3% com mais de cinco empregados.

Dessa longa descrição se podem fazer algumas comparações sintéticas visando evidenciar as diferenças de cor ou raça e de sexo presentes nas distintas formas de distribuição das posições na ocupação presentes no interior do mercado de trabalho brasileiro. Para simplificar serão comentados somente os indicadores das respectivas distribuições da PEA ocupada segundo posição na ocupação referentes ao ano de 2006:

- ✓ A condição assalariada com carteira assinada era mais comum entre os trabalhadores brancos, 36,8%, do que entre seus colegas os pretos & pardos, 28,5%; entre os

trabalhadores brancos do sexo masculino (39,8%), do que entre seus companheiros pretos & pardos do mesmo sexo (33%), mais freqüente entre as trabalhadoras brancas (33,0%); do que entre suas colegas pretas & pardas (22,0%);

- ✓ O emprego assalariado sem carteira assinada era uma condição mais comum aos homens pretos & pardos ocupados no mercado de trabalho, 25,2%, do que entre seus colegas brancos do mesmo grupo de sexo também ocupados, 17,2%. Entre as mulheres, o percentual de pretas & pardas e brancas que se assalariavam sem carteira eram ligeiramente superiores para as primeiras;
- ✓ O emprego na qualidade de funcionário público & militar era ligeiramente mais provável às mulheres brancas (9,9%) do que às pretas & pardas (7,5%), entre os homens brancos (5,9%) do que aos homens pretos & pardos (4,6%);
- ✓ O emprego doméstico era uma ocupação que ocupava mais mulheres do que homens, mais mulheres pretas & pardas do que mulheres brancas. Assim, das pretas & pardas ocupadas no mercado de trabalho, uma em cada cinco encontravam-se naquela condição (21,8%). A probabilidade de se encontrar uma mulher branca ocupada no mercado de trabalho enquanto trabalhadora doméstica era 8,9 pontos percentuais inferiores do que a PEA feminina do outro grupo de cor ou raça;
- ✓ O trabalho por conta-própria era, do ponto de vista relativo, razoavelmente comum tanto entre os trabalhadores brancos (19,8%) como entre os pretos & pardos (21,4%). Com a diferença que o trabalho nesta condição portando o diploma de ensino superior, conquanto igualmente baixo do ponto de vista proporcional, era mais cinco vezes provável aos trabalhadores ocupados brancos (2,0%), do que pretos & pardos (0,4%);
- ✓ A condição de empregador era relativamente pouco usual em todos os grupos de sexo e de cor ou raça. Todavia, no seio da PEA ocupada preta & parda, esse percentual era ainda mais irrisório: 2,5%, entre os homens e; 1,4% entre as mulheres. Quando considerados os empregadores com mais de cinco empregados, essas proporções caíam para 0,5% da PEA ocupada preta & parda do sexo masculino e 0,3% da PEA ocupada preta & parda do sexo feminino. Entre a PEA branca ocupada a condição de empregador era de 6,9% entre os homens e; de 3,8%, entre as mulheres. Especificamente com mais de cinco empregados, os empregadores brancos correspondiam a 2,2%, entre os homens ocupados e; 1%, entre as mulheres ocupadas;
- ✓ O trabalho para o auto-consumo era quase seis vezes mais comum para uma mulher preta & parda ocupada (8,1%) do que para um homem branco ocupado (1,4%). Um homem preto & pardo ocupado apresentava uma probabilidade de viver com atividades de subsistência (2,5%) em uma proporção 1,78 vezes superior a um homem branco igualmente ocupado (1,4%);
- ✓ A ocupação não remunerada era mais comum entre as mulheres ocupadas do que entre os homens ocupados. No caso das pretas & pardas ocupadas, a probabilidade de se encontrarem naquela condição era de 8,7% e, entre as mulheres brancas, de 7,4%. No caso da PEA ocupada do sexo masculino, o percentual de não remunerados era de 5,7%, entre os pretos & pardos e de, 3,6%, entre os brancos.

Sobre a composição relativa dos grupos de sexo e cor ou raça nas distintas modalidades de posição na ocupação para o ano de 2006, se percebe que a PEA ocupada branca era predominante nas modalidades do emprego com carteira, do funcionalismo público & militares, dos trabalhadores por conta-própria com ensino superior concluído e dos empregadores. Já a PEA preta & parda aparecia como predominante nas modalidades do emprego sem carteira assinada, do emprego doméstico, do trabalho por conta-própria sem ensino superior completo, nas atividades para benefício próprio de construção e de produção de alimentos e no seio do contingente não remunerado.

4.4. Incidência das Formas de Trabalho Sem Proteção Legal

Já é tradição no pensamento social latino-americano o debate sobre o peso da economia informal no mercado de trabalho destes países. Todavia, quando analisados pelos seus recortes específicos de caráter étnico-racial, tal abordagem costuma receber uma abordagem eminentemente, sem ironia, periférica (C.f. GERMANI, 1974 [1969])³. Na presente seção será debatido justamente o peso do trabalho informal sobre a PEA ocupada desagregada pelos grupos de sexo e cor ou raça⁴.

Das tantas conclusões a que se pode chegar dos indicadores, são passíveis de destaque:

- ✓ O peso relativo do emprego assalariado sem carteira assinada no interior da PEA ocupada enquanto assalariada nos setores público e privado era de 25,8% para a PEA branca em seu conjunto e, de 27,3% e de 23,9% para as, respectivas, PEAs branca do sexo masculino e feminino. Entre a PEA preta & parda ocupada enquanto assalariada nos setores público e privado, o peso relativo dos empregados sem carteira assinada era de 37,6%. Decompondo pelos grupos de sexo, o peso do emprego sem carteira correspondia a, respectivamente, 40,1% e 32,5% da PEA assalariada masculina e feminina deste grupo. Assim, ao passo que a presença relativa de pessoas brancas correspondia a 57,1% do emprego privado com carteira e 57,8% na condição de funcionário do Estado em seus diversos níveis de Governo e instâncias de Poder; os pretos & pardos correspondiam a 55,5% entre os empregados sem carteira assinada;
- ✓ Entre os empregados domésticos pretos & pardos, a ausência da carteira assinada englobava 63,6% das pessoas do sexo masculino e 76,1% das pessoas do sexo feminino e 75,8% dos ocupados em seu conjunto naquela modalidade. Entre os empregados domésticos brancos, a ausência da carteira assinada correspondia a situação de 57,1% das pessoas do sexo masculino e 69,8% das pessoas do sexo feminino e a 68,9% deste contingente de cor ou raça como um todo ocupados daquela forma. No interior do contingente empregado enquanto doméstico com carteira assinada, 53,8% eram pretos & pardos. Na condição do emprego doméstico sem carteira assinada, o peso dos trabalhadores pretos & pardos alcançava 61,5%, sendo que do total geral da ocupação 58,2% eram especificamente mulheres desse grupo de cor ou raça;
- ✓ Entre os trabalhadores autônomos: ao passo que 10,1% dos brancos nessa situação possuíam diploma de nível superior, entre os pretos & pardos essa situação correspondia a 1,9% do total. Ainda que isso não implicasse que essas pessoas atuassem no plano profissional necessariamente de acordo com suas respectivas formações, não deixa de ser um indicativo acerca das diferentes probabilidades de vínculo ao mercado de trabalho como autônomos na condição de profissionais liberais. Dessa forma, entre os trabalhadores por conta-própria com ensino superior completo, 80,7%, eram brancos. Já entre trabalhadores por conta-própria sem ensino superior completo, 52,3% eram pretos & pardos;
- ✓ No interior da posição ocupacional dos empregadores, o peso dos que empregavam mais de cinco funcionários era de 30,4%, entre os empregadores brancos e de 20%, entre os empregadores pretos & pardos. Entre os empregadores do sexo masculino as

³ GERMANI, Gino (1974 [1969]) – A sociologia da modernização. São Paulo: Editora Mestre Jou.

⁴ A definição das categorias entendidas como informais pela OIT foram obtidas em KJELD, Jakobsen; MARTINS, Renato & Osmir, DOMBROWSKI (orgs) (1996) – Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo

mesmas razões eram de 31,9%, entre os brancos e de 20% entre os pretos & pardos. Entre as empregadoras do sexo feminino, as mesmas razões eram de 26,3%, entre as brancas e de 21,4%, entre as pretas & pardas. O peso relativo do grupo de cor ou raça branco no interior dos ocupados enquanto empregadores com até 5 empregados era de 69,8% e, entre os empregadores com mais de 5 empregados, de 80,9% (sendo que, 58,8% eram especificamente homens brancos);

- ✓ No somatório das demais formas de posição na ocupação tidas como informais, trabalho em atividades de auto-construção, auto-consumo e ocupações não remuneradas, o peso relativo no interior da PEA preta & parda ocupada era de 12%, e no interior da PEA branca ocupada era de 8%. Entre as mulheres pretas & pardas que estavam ocupadas, esta modalidade respondia por 16,8% das formas de ocupação. Entre as mulheres brancas essa proporção era de 11,6%. Entre os homens brancos e pretos & pardos, essas formas atípicas de trabalho respondiam relativamente por 5,1% e 8,5% das respectivas PEAs ocupadas. Dessa maneira, o peso relativo dos trabalhadores pretos & pardos era de 66,1%, em atividades de construção para uso próprio (55,7% eram homens pretos & pardos); de 63,2%, entre os trabalhadores de subsistência e; de 55,3% entre os trabalhadores não remunerados.

Analisando-se o somatório de todas as posições ocupacionais classificadas como informais se chega ao seguinte quadro.

Tomando-se por parâmetro somente o ano de 2006, vê-se que a informalidade se abatia com maior intensidade relativa sobre os pretos & pardos. Assim, ao passo que as ocupações informais correspondiam proporcionalmente a situação de 51,1% da PEA ocupada branca do sexo masculino; 54,1% da PEA ocupada branca do sexo feminino e 53,3% da PEA branca ocupada de ambos os grupos de sexo, entre a PEA ocupada preta & parda, tal situação correspondia a 61,5% dos trabalhadores do sexo masculino; quase 75% das trabalhadoras do sexo feminino e 65% da PEA de ambos os grupos de sexo deste último de cor ou raça.

No caso da PEA ocupada de cor ou raça branca de todo o país, o percentual de ocupados em empreendimentos informais totalizava 57% do total, em 1995, tendo tal percentual obedecido um declínio de 3,7 pontos percentuais onze anos depois. No seio da PEA branca do sexo masculino o peso relativo da informalidade se reduziu no mesmo período 2,9 pontos percentuais. No interior da PEA branca do sexo feminino, ocorreu um declínio relativo do emprego informal naquele mesmo intervalo de tempo em 7,1 pontos percentuais.

Na interior da PEA ocupada preta & parda, o movimento geral no período 1995-2006 foi, igualmente, de redução do peso da informalidade que declinou 4,7 pontos percentuais no período. No mesmo lapso, entre o contingente do sexo masculino ocupado deste último grupo as atividades informais declinaram proporcionalmente 5,2 pontos percentuais. Já no interior da PEA ocupada preta & parda do sexo feminino, o peso relativo da informalidade se reduziu em 4,1 pontos percentuais.

Entre 1995-2006, o peso relativo da informalidade declinou com mais intensidade na PEA ocupada branca do sexo feminino: 11,6%. A proporção de ocupados em atividades informais no interior da PEA masculina de cor ou raça preta & parda declinou no período 7,8%. A PEA ocupada preta & parda do sexo feminino observou uma redução proporcional do peso da informalidade em 6,7%. O grupo de sexo e cor ou raça no qual a PEA ocupada apresentou menor declínio relativo do peso da informalidade foi a branca do sexo masculino: 5,4%. Analisando o somatório de ambos os grupos de sexo, o peso relativo da informalidade

declinou 6,5%, no seio da PEA ocupada branca e 6,7%, no interior da PEA ocupada preta & parda, assim mantendo-se praticamente inalterada no período.

No mesmo período entre 1995 e 2006, da PEA ocupada em atividades informais em todo o país, os brancos passaram a responder, de 50,1%, para 52,3% do contingente total. Vale observar que essa proporção resulta em parte do fato de que no seio da PEA ocupada o peso dos brancos ser igualmente maior.

4.5. Taxas de Sindicalização

Na presente seção são debatidos os indicadores de sindicalização da população trabalhadora brasileira desagregada pelos grupos de sexo e cor ou raça. Na verdade, essa questão é controversa no interior da sociologia do trabalho no Brasil havendo autores que, criticando a estrutura sindical brasileira, não reconhecem nesse indicador maior poder descritivo da realidade vigente, especialmente levando-se em consideração algum tipo de disposição, por parte dos trabalhadores, para a ação coletiva dentro dos sindicatos. Contudo, existem outros pesquisadores que divergem desse ponto de vista, procurando comprovar que ao menos parcialmente a taxa de sindicalização pode denotar algum tipo de adesão mais ou menos consciente ao movimento sindical por parte da classe trabalhadora. Assim, será adotado este ponto de vista nas linhas que seguem⁵.

A evolução da taxa de sindicalização da população trabalhadora brasileira durante o período 1995-2006 obedeceu dois movimentos principais. Entre 1995 e 1999, as taxas de sindicalização não variaram fortemente, muito embora a tendência tivesse sido notoriamente declinante. A partir de 2001, a taxa de sindicalização voltou a se elevar, ultrapassando os 18% da PEA ocupada no ano de 2006.

Desagregando estes indicadores pelos contingentes de cor ou raça, observa-se que no interior da PEA ocupada branca, a taxa de sindicalização permaneceram estáveis entre 1995 e 2002, em pouco mais que 18,5%, todavia passando a crescer ligeiramente desde então até o ano de 2006, quando atingiu 20,1% dos ocupados desse grupo de cor ou raça. No seio da PEA preta & parda a taxa de sindicalização observou ligeira redução entre 1995 e 1998, de 12,6% para 12,6%, tendo voltado a crescer ligeiramente até 2002 e de forma um pouco mais acentuada desde então, até atingir 16,2% do total deste grupo de cor ou raça em 2006. Assim, a diferença na taxa de sindicalização entre brancos e pretos & pardos caiu de 6,0 pontos percentuais, em 1995, para 3,9 pontos percentuais em 2006.

Quando as taxas de sindicalização no período 1995-2006 são analisadas desagregadas pelos grupos de sexo, se percebe que entre a PEA ocupada de cor ou raça branca, dos sexos masculino e feminino, as taxas de sindicalização cresceram, respectivamente, 0,4 ponto percentual e 3,4 pontos percentuais no período. No seio da PEA preta & parda ocupada, as taxas de sindicalização de homens e mulheres, no mesmo período, cresceram de forma mais acentuada, respectivamente: 2,3 pontos percentuais e 5,7 pontos percentuais.

⁵ A primeira posição pode ser encontrada em, por exemplo, BOITO Jr, Armando (1991) – *O sindicalismo de Estado no Brasil: análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo. HUCITEC. A segunda posição pode ser lida em autores como CARDOSO, Adalberto (1999) – *A coqueluche neoliberal e o fim dos sindicatos: a Era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Ed. FGV

5. Evolução da Desocupação Aberta

Ao longo do período 1995 -2006, em todo o país, ocorreu um incremento líquido no número total de pessoas desocupadas que estavam buscando ocupação na semana de referência das respectivas pesquisas em 3,6 milhões de pessoas. A grande contribuição para este saldo se deu por parte da população feminina, com 68,4% deste total. Lido de forma desagregada pelos grupos de sexo e cor ou raça, no seio da população desocupada, os pretos & pardos colaboraram para aquele incremento em 60,8% do contingente total, sendo 22,2% formado por homens, e 40,2% formado por mulheres. A PEA branca desocupada, por sua vez, contribuiu para a evolução do número total de desocupados em todo o país em 38,3% (9,8% homens e 28,5%, mulheres).

No ano de 2006, 54,1% do total de desocupados em todo o país eram pretos & pardos, sendo que os homens e as mulheres desse grupo respondiam relativamente, dentro do contingente desocupado total por, respectivamente, 23,9% e 30,8%. Vale salientar que, em 1995, os pretos & pardos correspondiam a 48,6% do total de desocupados em todo o país (25,3% eram homens e 23,3% eram mulheres). Logo, naquele período de onze anos o peso relativo de pretos & pardos no seio da população desocupada se ampliou, aqui merecendo uma especial menção ao ocorrido entre as mulheres deste grupo de cor ou raça.

Dentro do lapso 1995-2006, as taxas de desocupação da PEA preta & parda cresceram em um ritmo proporcionalmente mais acentuado do que as taxas de desocupação da PEA branca. Assim, no período, entre as pessoas do sexo masculino branca a taxa de desocupação cresceu 0,8 ponto percentual, ao passo que entre as pretas & pardas este mesmo indicador se ampliou em 1,5 ponto percentual. No contingente do sexo feminino, entre as mulheres brancas, a taxa de desocupação cresceu 3,1 pontos percentuais. Já entre as mulheres pretas & pardas, a taxa de desocupação evoluiu 4,5 pontos percentuais. Ou seja, nesse último caso, a taxa de desocupação evoluiu em ritmo mais de 5 vezes superior ao que ocorreu entre os homens brancos. Finalmente, na comparação da média de ambos os grupos, a taxa de desocupação entre os brancos passou de 5,8%, em 1995, para 7,7%, em 2006. No caso da PEA preta & parda, a taxa de desocupação, no mesmo lapso, passou de 6,2%, para 8,7%.

A decomposição das taxas de desocupação pelos grupos etários revela que o problema possui uma especial incidência no seio da população jovem. Assim, em todos os quatro grupos de sexo e cor ou raça, a faixa etária selecionada na qual o problema se apresenta relativamente maior é justamente na faixa dos 15 aos 17 anos e dos 18 aos 24 anos de idade, sendo que nesse último intervalo etário, entre as pessoas do sexo feminino de ambos os grupos de cor ou raça, a taxa de desocupação atinge quase 1/3 das jovens. A partir desta faixa, invariavelmente as taxas de desocupação vão caindo progressivamente no interior dos coortes de idade. Não obstante, no ano de 2006, em todo o país, nas faixas etárias dos 10 aos 14 anos de idade e dos 15 aos 17 anos de idade, de algum modo até surpreendentemente, a taxa de desocupação dos brancos de ambos os sexos apresentava-se ligeiramente maior para os jovens brancos, do que para os jovens pretos & pardos. Todavia, a partir da faixa etária dos 18 anos de idade, as taxas de desocupação desse último grupo passavam a se apresentar proporcionalmente maior que o dos brancos, em ambos os grupos de sexo.

Quanto à decomposição das taxas de desocupação dos grupos de sexo e cor ou raça por nível de instrução em todo o país no ano de 2006, se pode observar que as taxas de desocupação de todos os grupos analisados eram maiores para os níveis de instrução de 1 a 3 anos de estudo (primeiro ciclo do ensino fundamental incompleto) e dos 4 aos 7 anos de estudos (segundo

ciclo do ensino fundamental incompleto). Por outro lado, nas faixas de anos de estudos de zero ano de estudo e dos 1 aos 3 anos de estudo, as taxas de desocupação dos pretos & pardos (respectivamente, 9,6% e 22,2%) eram menores do que a dos brancos (respectivamente, 10,0% e 22,8%), sendo tal cenário, entre os grupos de sexo, reproduzido entre os homens com zero ano de estudo (9,4% entre a PEA branca e 7,7% entre a PEA preta & parda) e entre as mulheres com 1 a 3 anos de estudo (29,7% entre a PEA branca e 29,5% entre a PEA preta & parda). Todavia, a partir da faixa dos 4 a 7 anos de estudo, as taxas de desocupação de pretos & pardos, de ambos os sexos, apareciam razoavelmente maiores do que o mesmo indicador entre os brancos de intervalo de formação escolar correspondente. Assim, na faixa de anos de estudo dos 4 aos 7 anos de estudo, a taxa de desocupação dos pretos & pardos era 15,5% maior do que entre os brancos. Na faixa de anos de estudo dos 8 a 10 anos de estudo (até ensino médio incompleto) a diferença da taxa de desocupação de pretos & pardos e brancos era de 25,1%. Nas faixas de 11 a 14 anos de estudo (até o ensino superior incompleto) e dos 15 anos de estudo ou mais (ensino superior completo), as taxas de desocupação de pretos & pardos, vis-à-vis às taxas de desocupação dos brancos eram, respectivamente, 19,9% e 24,2% maiores.

6. Padrões de Rendimento da Atividade Principal

6.1. Rendimento do Trabalho Principal

No ano de 2006, o rendimento médio mensal real padronizado do trabalho principal dos homens brancos em todo o país equivalia a R\$ 1.164,00. Esse valor, no mesmo ano, era 56,3% superior à mesma remuneração obtida pelas mulheres brancas (R\$ 744,71); 98,5% superior à mesma remuneração auferida pelos homens pretos & pardos (R\$ 586,26) e; 200% superior à mesma remuneração recebida em média pelas mulheres pretas & pardas (R\$ 388,18).

Ao longo do período 1995-2006, as desigualdades de sexo e cor ou raça, em termos do rendimento real do trabalho, vieram caindo paulatinamente. Assim, entre 1995 e 2002, o diferencial de rendimentos entre homens brancos e pretos e & pardos caiu de 120,1% para 105,9%. No contingente feminino, no mesmo período, a redução das assimetrias de cor ou raça também ocorreram, conquanto de forma mais modesta: de 107,8% para 101,8%. Finalmente, em seu conjunto, as assimetrias em termos do rendimento médio mensal do trabalho principal entre brancos e pretos & pardos caíram de 113,9% para 101,9%. Durante o período 2003-2006, as assimetrias prosseguiram seu movimento declinante. Assim, entre os homens, os hiatos dos rendimentos entre brancos e pretos & pardos passou de 113,7% para 98,5%; entre as mulheres brancas e mulheres pretas & pardas as assimetrias de rendimento caíram de 96,4%, para 91,8%. Finalmente entre brancos e pretos & pardos dos dois grupos de sexo as diferenças se reduziram de 105,3% para 93,3%.

Parcialmente, os movimentos acima comentados podem ser explicados pelo movimento obedecido pelos salários médios mensais em termos reais daqueles contingentes. Assim, durante o período compreendido entre 1995 e 2002, o rendimento real médio mensal dos homens brancos declinou 10,7%, ao passo que das mulheres brancas aumentou 5,5%; dos homens pretos & pardos declinou 4,6% e das mulheres pretas & pardas aumentou 8,7%. Já no período compreendido entre 2003 e 2006, o rendimento real médio mensal dos homens brancos aumentou 9,8%. Porém o nível de rendimentos reais dos demais grupos aumentou ainda mais no mesmo período: 15,9% entre as mulheres brancas; 18,2% entre os homens pretos e pardos e; 18,7% entre as mulheres pretas & pardas. De forma conjunta, no período

compreendido entre 2003 e 2006, o rendimento real médio mensal do trabalho principal das pessoas de cor ou raça declarada branca cresceu 11,1% ao passo que o das pessoas de cor ou raça declarada preta & parda cresceu 18%.

Lido por outro ângulo, o curioso é que tal movimento se deu na contramão da evolução das taxas de desocupação entre os distintos contingentes. Isso leva a hipótese de que fatores institucionais, como as políticas de valorização do salário mínimo ocorrida no período analisado, possam ter contribuído para mitigar uma outra variável, gerada no mercado de trabalho, que levaria a uma compressão dos rendimentos reais justamente nos contingentes onde a taxa de desocupação seriam maiores.

6.2. Decomposição dos Níveis de Rendimento Por Decis⁶.

A decomposição dos rendimentos médios do trabalho principal por grupos de decis pode revelar aspectos importantes das assimetrias de cor ou raça presentes no interior do mercado de trabalho brasileiro. No ano de 2006, as maiores desigualdades eram encontradas justamente no último (10º) e penúltimo (9º) decis, nos quais os rendimentos dos brancos situavam-se, respectivamente, 116,7% e 102,5% superiores aos rendimentos médios de pretos & pardos. Curiosamente, as terceiras e quartas maiores assimetrias encontravam-se no extremo oposto, ou seja, no primeiro e segundo decis, nos quais as diferenças de rendimento médio do trabalho principal entre brancos e pretos & pardos chegava a 85,5% e 84,7% favoravelmente aos primeiros. Em suma, era justamente nos setores mais ricos e mais pobres da distribuição que se encontravam os maiores hiatos nos níveis de rendimento entre brancos e pretos & pardos. Os decis nos quais as diferenças de rendimentos entre trabalhadores brancos e pretos & pardos eram menores, se davam, correspondentemente, no 4º decil (diferença de 26,1% nos níveis de rendimentos dos brancos em relação aos & pretos & pardos) e no 3º decil (diferença de 34,2% nos níveis de rendimento dos brancos em relação aos pretos & pardos). Operando por extremos, naquele ano, observava-se que a razão da diferença nas médias de rendimentos do trabalho principal dos homens brancos do 10º decil, para com as mulheres pretas & pardas, do 1º decil, era de 102,6 vezes (ou 10.161,4% maior).

A evolução do nível de rendimento real médio do trabalho principal dos respectivos decis ao longo do tempo que vem sendo estudado, 1995-2006, revela que entre os trabalhadores de cor ou raça branca ocorreram perdas em termos dos níveis de rendimentos nos 1º, e dos 5º ao 10º decis, sendo que os que mais perderam em termos dos níveis reais foram justamente os décimos mais ricos. Já entre as pessoas de cor ou raça declarada preta & parda somente no 1º decil, mais pobre, e nos últimos dois decis, mais ricos, que ocorreram perdas na remuneração do trabalho principal em termos reais.

Os décimos da distribuição nos quais, entre 1995-2006, ocorreram ganhos reais de rendimento do trabalho principal no seio dos trabalhadores de cor ou raça branca foram: 2º, 3º e 4º decil. Já entre os trabalhadores de cor ou raça declarada preta & parda ocorreram ganhos em termos reais no período entre o 2º e o 8º décimo.

Aparentemente a forma pela qual os respectivos indicadores se comportaram ao longo daqueles dez anos dialoga com as políticas de valorização do salário mínimo oficial ocorrida neste interregno. Esta suposição é reforçada pelo fato de que o salário mínimo oficial em geral é melhor refletido em determinados décimos da distribuição dos rendimentos do trabalho, seja

⁶ Para um debate sobre as diferentes metodologias de cálculo do estágio das assimetrias sociais ver HOFFMANN, Rodolfo (1998) – Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: EdUSP

nos que apresentam rendimentos médios muito próximo aquele valor, seja nos que se situam em média em alguns de seus múltiplos mais imediatos, especialmente, 0,5; 1,5 e 2 salários mínimos. Na medida em que, tal como já visto, os rendimentos médios do trabalho principal dos diferentes grupos de cor ou raça em apreço são distintos parece então que o efeito salário mínimo sobre cada um destes grupos também acabará o sendo.

Considerando que o valor do salário mínimo em 2006 equivalia a R\$ 350,00, se pode ver que no caso dos pretos & pardos, o 2º decil apresentava rendimento médio muito próximo à metade daquele valor, o 2º décimo próximo a 75% daquele valor e o terceiro décimo correspondia exatamente aquele valor. Nos decis superiores, se verifica que até o 8º decil, o valor do rendimento médio do trabalho principal não ultrapassava o dobro do salário mínimo, podendo ser entendido como estado em sua zona de influência. No caso da distribuição dos rendimentos dos trabalhadores brancos pelos décimos de rendimento, vê-se que somente os 2º, 3º e 4º e 5º decis que situavam na zona de 0,5, 1, 1,5 e 2 salários mínimos sendo que do 6º décimo em diante o valor do rendimento médio do trabalho principal já era superior ao dobro do salário mínimo oficial e sujeito a outros determinantes em termos de sua evolução, na verdade refletindo a dinâmica existente no mercado de trabalho para os setores médios e médios-altos da sociedade brasileira. Deste modo, na medida em que os trabalhadores negros aparentam serem mais sensíveis ao movimento observado do salário mínimo oficial; a confirmação de tal hipótese ter-se-ia imbricado com o movimento de redução dos hiatos de remuneração do trabalho principal observado no período.

Ao longo do período 1995-2006, as maiores reduções nas assimetrias de cor ou raciais se deram nos 4º, 3º e 5º decil. No quarto decil de rendimento, no período em apreço, as assimetrias de rendimentos de brancos e pretos & pardos caíram de 88,7% para 26,1%; no terceiro decil de 49,7% para 34,2% e no quinto decil de 80%, para 48,9%. Já os decis de rendimentos nos quais as assimetrias entre os grupos menos recuaram foram nos 9º e 10º decil, no primeiro caso tendo as diferenças declinado de 112%, para 102,5% e no segundo caso, de 120,6%, para 116,7%.

7. Conclusão

Ao longo do presente capítulo foi possível observar os movimentos recentes da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro e seus efeitos sobre as assimetrias de sexo e cor ou raça no período de onze anos compreendido entre 1995 e 2006.

Os indicadores os quais foi possível verificar no período uma redução das assimetrias relativas entre brancos, de um lado, e pretos & pardos, de outro, foram: i) número total de integrantes da PEA e da PEA ocupada; ii) peso relativo das pessoas com grau de instrução superior ao ensino médio completo no interior das respectivas PEAs ocupadas; iii) peso relativo da ocupação informal; iv) percentual da PEA sindicalizada; v) rendimento médio do trabalho principal; vi) rendimento médio do trabalho principal do conjunto de decis de rendimento.

Alternativamente, nos seguintes indicadores ou não foram verificadas significativas mudanças nas assimetrias de cor ou raça entre brancos e pretos & pardos, ou as mesmas chegaram a se aprofundar: i) taxa de participação no mercado de trabalho (com especial menção ao aprofundamento das assimetrias dos indicadores de mulheres brancas e pretas & pardas); ii) taxa de atividade (mais uma vez com especial menção ao aprofundamento das assimetrias dos indicadores de mulheres brancas e pretas & pardas); iii) peso relativo na PEA branca e preta

& parda dos trabalhadores com grau de instrução até o primeiro ciclo do ensino fundamental incompleto (até 3 anos de estudos); iv) tempo de permanência na ocupação; v) população desocupada; vi) taxa de desocupação da PEA; vii) peso dos pretos & pardos no seio da população infanto-juvenil de 5 a 9, 10 a 14 e 15 a 17 anos de idade; viii) taxa de participação no mercado de trabalho das crianças de 10 a 14 anos de idade e jovens de 15 a 17 anos de idade; ix) proporção de idosos que recebiam algum benefício da Previdência Social; x) idade média dos pensionistas remunerados pela Previdência Social.

No que tange a esses movimentos, de algum modo, desencontrados, são passíveis de menção, em primeiro lugar, que a evolução mais que proporcional da população preta & parda no interior da PEA, da PEA ocupada, da PEA desocupada e da população infanto-juvenil trabalhadora, tal como ocorrida em todo o Brasil entre 1995 e 2006, pode ser sido causada em parte pelo movimento demográfico recente de evolução mais que proporcional deste contingente na população como um todo.

Pondo em tela a questão de gênero, é notório que no período 1995-2006 a taxa de participação no mercado de trabalho das mulheres cresceu em um ritmo mais acentuado do que o ocorrido entre os homens, todavia, com maior intensidade entre as mulheres brancas do que entre as mulheres pretas & pardas. Esse último aspecto é especialmente relevante, pois se é verdade que a maior proporção relativa de mulheres participando do mercado de trabalho expressa os novos papéis que essas vêm buscando encontrar no seio da sociedade brasileira (no sentido de não mais se limitarem aos afazeres domésticos para a própria família); logo as discrepâncias de cor ou raça encontradas na evolução do indicador podem estar expressando ritmos de mudanças diferenciados naquele plano. Outro aspecto importante é o modo de inserção das mulheres pretas & pardas no mercado de trabalho é quando se analisa as taxas de desocupação. Nesse caso, cabe frisar que o maior crescimento desse indicador no interior da PEA preta & parda está fortemente associado aos indicadores das mulheres desse grupo de cor ou raça que se viram às mais vulneráveis aquele tipo de situação. Ainda dentro desse plano, é obrigatória a menção de que as mulheres pretas & pardas igualmente são as mais passíveis de exercerem ocupações definidas como informais, aqui merecendo especial menção o emprego doméstico.

Conforme visto, o emprego doméstico parece uma ocupação especialmente aberta para a mão-de-obra feminina preta & parda, englobando 1 em cada 5 ocupadas no mercado de trabalho deste grupo de sexo e cor ou raça. O mais curioso é que se no contingente total de empregados domésticos com carteira assinada, 48,3% eram mulheres pretas & pardas, no interior daquela condição ocupacional sem carteira assinada, as mulheres pretas & pardas chegavam a conformar quase 6 em cada 10 ocupadas. Para piorar, tal qual uma ação afirmativa às inversas, para as empregadas domésticas, ao contrário das demais categorias profissionais, não é assegurado o direito ao recebimento do FGTS e do seguro-desemprego. Na verdade, propostas recentes de extensão deste direito para esta categoria profissional receberam ora vivas resistências, ora a complacência velada, de amplos espectros ideológicos da sociedade brasileira, dentro de um argumento comumente baseado na falta capacidade de pagamento das famílias deste novo encargo. Poucas vozes foram ouvidas para lembrar que no contexto de países europeus ou da América do Norte, mais desenvolvidos, o emprego doméstico fixo (não confundir com o emprego doméstico na qualidade de diarista) é uma modalidade praticamente inexistente; justamente pelo elevado valor da força de trabalho naqueles locais. Ou seja, parece um tanto questionável que uma parcela tão significativa da força de trabalho feminina, e negra, tenha que se direcionar para uma atividade tão especialmente precária.

No seu sentido geral, após um período de declínio de sua qualidade, o mercado de trabalho brasileiro no período posterior ao ano 2000 caminhou no sentido de uma certa melhoria naquele plano. Isso foi permitido primeiramente pelo contexto especialmente favorável da economia mundial, que terminou por animar o ritmo de atividade econômica no espaço doméstico trazendo efeitos positivos sobre o mercado de trabalho brasileiro. Posteriormente, o fato do valor do salário mínimo ter obedecido movimento positivo no período (valorização em termos reais de 63% entre Maio de 1994 e Maio de 2007), bem como as políticas de transferência de rendimento para as famílias mais pobres adotadas recentemente (Bolsa Família, Bolsa Escola, etc), igualmente contribuíram para animar o mercado interno, mormente os direcionados às camadas mais pobres da população, mais uma favorecendo a melhoria de diversos indicadores do mercado de trabalho. Finalmente é passível de menção a evolução positiva da escolaridade média da PEA ocupada, igualmente relevante em termos dos respectivos níveis de rendimento verificados no mercado de trabalho.

Conforme visto, nem sempre essa evolução positiva foi igualmente benéfica para a redução das assimetrias de cor ou raça, tal como foi o caso dos índices de desocupação da PEA. Porém, em outros casos, o maior dinamismo do mercado de trabalho do país foi favorável no sentido do encolhimento das desigualdades sociorraciais, especialmente, os indicadores de rendimento do trabalho principal que realmente observou sentido declinante entre 1995 e 2006, seja em termos médios gerais, seja na média dos rendimentos de cada um dos decis. Nesse caso, mais uma vez é necessário apontar a importância das políticas recentes de valorização do poder de compra do salário mínimo para a população que percebe níveis de rendimentos proporcionalmente inferiores, com especiais efeitos sobre a PEA preta & parda, aparentemente mais sensível à evolução do seu poder de compra. Nesse caso, é também digno de nota que na medida em que a população preta & parda obteve progressos escolares de algum modo mais intensivo do que a população branca, tal movimento também dialogou com a redução recente das assimetrias de cor ou raça.

Portanto, do conjunto de temas debatidos ao longo do presente artigo vale apontar que o tema das assimetrias de cor ou raça podem e devem ser lidos à luz da evolução do conjunto de indicadores do mercado de trabalho. Assim, se é bem verdade que as políticas universais, na medida em que não combatem o núcleo essencial das iniquidades de cor ou raça que vem a ser o racismo e a discriminação racial, parecem ineficazes para o provimento da plena igualação nas condições de vida e oportunidades entre brancos e pretos & pardos; por outro lado, isso não pode ser sinônimo de se ignorar os efeitos que aquelas mesmas políticas podem trazer para o estágio daquelas desigualdades. Ou seja, as políticas sociais e os diferentes contextos de evolução do ritmo da atividade econômica, e, por conseguinte, do mercado de trabalho, trarão de um modo ou de outro, efeitos mais ou menos positivos ou negativos sobre as assimetrias de cor ou raça. Assumir essa reflexão implica reportar o tema das assimetrias para o plano do tema dos diferentes modelos de desenvolvimento econômico e a escolha daquele que aparente ser mais adequado para a perspectiva da igualdade racial. Esses seriam as sugestões encontradas pela evolução recente do salário mínimo e da redução, conquanto modesta, das médias de escolaridades dos grupos de cor ou raça existentes no Brasil, que acabaram contribuindo para a redução dos hiatos de rendimentos entre os distintos grupos. Dessa forma, se as políticas universalistas apresentam limites para o alcance deste desiderato, por outra via, a adoção das políticas de ação afirmativa no mercado de trabalho em prol da equidade racial (incluindo perspectiva de gênero), podem encontrar um meio circundante mais ou menos favorável para a potencialização daquelas medidas. Assim, um modelo de desenvolvimento pró-equidade racial (ou um modelo de crescimento pró afrodescendente),

poderia ser gerado através da combinação de medidas específicas de promoção da equidade e a constituição de um ambiente global favorável para que tal perspectiva se consolide e expanda.